

Salários e exploração na teoria marxista do valor¹

Alfredo Saad Filho

Introdução

A teoria da mais-valia é um dos aspectos mais importantes da teoria marxista do valor. É consensual que a mais-valia é aquela parte do valor adicionado no período que é apropriada pela classe capitalista;² em outras palavras, ela é a diferença entre o valor produzido pelos trabalhadores e o valor da força de trabalho. Essa aparente simplicidade esconde problemas complexos, discutidos a seguir.

Este artigo analisa dois aspectos essenciais do processo de exploração no capitalismo, a relação salarial e o valor da força de trabalho, em três seções. A primeira explica o processo de exploração em detalhe. A segunda analisa o valor da força de trabalho, critica as interpretações mais conhecidas desse conceito, e propõe uma alternativa. A terceira seção resume as principais conclusões do artigo.

1. Trabalho assalariado e exploração

A exploração capitalista pode ser conceptualizada e medida em três níveis, físico, macromonetário e de valor.

O nível físico é o mais simples. Nesse nível, existe exploração econômica se uma parte do produto social é sistematicamente apropriada por uma classe de não produtores diretos por costume ou por lei, ou sob a ameaça ou o uso da força, ou porque a desobediência pode levar à desorganização da reprodução social. Em geral, essas condições se reforçam mutuamente. Por exemplo, a escravidão foi sancionada em várias civilizações tanto pelos costumes quanto pela lei. Sua viabilidade dependia do uso regular da força e, mesmo nos sistemas mais paternalistas, a tortura, mutilação e morte dos escravos recalcitrantes era essencial para a estabilidade do sistema. Por fim, revoltas de escravos tendiam a provocar o colapso das maiores e mais eficientes unidades produtivas, criar instabilidade

(1) Este artigo é uma versão revisada de Saad Filho (2002, cap. 4). Citações originalmente em inglês foram traduzidas pelo autor. O autor agradece os comentários de Maria de Lourdes R. Mollo.

(2) Neste artigo supõe-se, por simplicidade, que todos os trabalhadores são produtivos e que existem apenas duas classes, trabalhadores assalariados e capitalistas.

social, e colocar em questão a legitimidade do Estado, levando a dificuldades econômicas e, potencialmente, à guerra civil.

A análise física ou do excedente não é errada, mas é trans-histórica e, portanto, excessivamente geral. Ela é válida sempre que os produtores, como classe, são obrigados a produzir mais do que eles mesmos consomem ou controlam, o resíduo sendo apropriado por seus senhores, mestres ou empregadores. Esse nível de análise é importante porque ele revela as semelhanças entre distintos modos de exploração. Entretanto, essa generalidade é problemática, porque a análise é incapaz de distinguir os modos de exploração, ou mostrar como o excedente é extraído dos produtores em cada caso.³

No nível macromonetário, a exploração capitalista é revelada pela existência de lucros, inclusive lucros industriais e comerciais, juros, renda e outras formas de lucro. A taxa de exploração é medida pela relação lucros-salários.⁴ Com sua parcela da renda, os capitalistas apropriam parte do produto nacional, incluindo os investimentos e os bens de luxo.⁵ A existência de lucros é um sintoma da exploração, mas a relação lucros-salários é uma medida imprecisa da exploração por três razões. Primeiro, lucros e salários são originalmente medidos ao nível das firmas e, depois, agregados para a economia. Isso não corresponde ao processo real de determinação dessas variáveis, que parte da estrutura de classes da sociedade, do modo de produção que corresponde a ela, e da apropriação de parte do produto social pela classe capitalista (ver a seguir). Em outras palavras, a exploração ocorre ao nível do *capital em geral*, e é mediada pela existência de relações sociais mercantis. Portanto, os trabalhadores são explorados *como trabalhadores* (i.e., como membros de uma classe social), independente da lucratividade das firmas nas quais se empregam:

A exploração é um fenômeno social (que existe na sociedade como um todo) ... Portanto, a quantidade e a taxa de mais-valia são, em primeira instância, sociais, ao invés de serem o resultado da agregação de quantidades e taxas prevalentes em cada firma ... O estabelecimento de uma taxa geral de mais-valia partindo da relação entre salários e lucros em cada empresa ... nega a natureza socializada da produção capitalista e a complexidade da divisão social do

(3) “A forma específica na qual o trabalho excedente não pago é extraído dos produtores diretos determina a relação de dominação e servidão ... ela é determinada diretamente pela produção e, por sua vez, atua sobre ela como um de seus determinantes ... É sempre na relação direta entre os donos dos meios de produção e os produtores imediatos ... que encontramos o segredo, a base oculta de todo o edifício social” (Marx, 1981b, v. 3, p. 927).

(4) Existem sérias dificuldades para o cálculo da taxa de exploração, devido à influência das convenções contábeis, impostos, poupança, trabalho improdutivo, e outras variáveis. Ver, entretanto, Cockshott & Cottrell (1995), Dunne (1991), Maniatis (1996), Mohun (1996 e no prelo) e Shaikh (1998).

(5) Por definição, os capitalistas controlam os investimentos e os bens de luxo (supérfluos), apesar dessas mercadorias poderem ser materialmente idênticas às necessidades consumidas pelos trabalhadores. A distinção *ex post* entre bens necessários e de luxo é similar à diferença entre bens de consumo e de investimento nas contas nacionais.

trabalho nessa sociedade. Portanto, ela supõe que cada trabalhador produz seus próprios meios de subsistência isoladamente. Na realidade, cada trabalhador trabalha e recebe um comando sobre o valor total produzido na sociedade. Em seguida, ele troca esse comando por uma coleção de valores de uso que resulta do trabalho combinado e cooperativo de todos os trabalhadores.⁶

Segundo, as transferências criam discrepâncias sistemáticas entre os preços das mercadorias e seus valores. Portanto, a razão lucros-salários pode ser diferente da relação entre o trabalho abstrato que produz o excedente e as necessidades, que Marx chamou trabalho excedente e trabalho necessário (ver abaixo). Terceiro, os salários, preços e lucros são dados a preços de mercado, e podem flutuar independentemente das condições de produção, especialmente após o desenvolvimento do sistema de crédito.

Em resumo, a análise da exploração ao nível do produto físico revela o que diferentes modos de exploração têm em comum, mas é incapaz de mostrar as especificidades de cada um. Em contraste, a análise das implicações macroeconômicas da exploração é útil porque favorece os estudos empíricos. Entretanto, ela focaliza apenas uma das conseqüências (ao invés da causa) da exploração, a incapacidade de os trabalhadores comandarem todo o produto líquido, e ela é potencialmente enganadora porque a relação lucros-salários é apenas uma medida aproximada da taxa de mais-valia.

Em contraste com as limitações dessas abordagens, a análise do valor permite a identificação da essência da exploração capitalista e sua distinção de outros modos de exploração, além de contribuir para os estudos empíricos. Em comum com a análise do excedente físico, a teoria do valor implica que os trabalhadores são explorados porque eles trabalham mais tempo que o necessário para produzir as mercadorias que eles consomem ou controlam.⁷ Marx chama *necessidades* os bens e serviços apropriados pela classe trabalhadora. Eles são produzidos pelo *trabalho necessário*, e seu valor é o *valor da força de trabalho* (ver seção 2). Em contraste, os capitalistas apropriam o *excedente*, que é produzido pelo *trabalho excedente*, e cujo valor é a *mais-valia*.

Em termos gerais, os modos de produção se distinguem uns dos outros pela forma de extração e apropriação do excedente em cada um deles. A existência de necessidades e do excedente e a divisão do tempo de trabalho social entre trabalho necessário e excedente são conseqüências da exploração em qualquer modo de produção. Entretanto, os conceitos de valor da força de trabalho e mais-

(6) Weeks (1981: 64, 71-72). Portanto, “a taxa de mais-valia existe como um agregado social, independente de qualquer firma ou setor. Isso é conseqüência da natureza social do valor da força de trabalho, sendo, portanto, errado conceber a taxa de mais-valia como se ela variasse através dos setores da economia e como se seu valor agregado fosse apenas uma média ponderada das taxas em diferentes setores” (p. 170).

(7) “A mais-valia se apresenta (tem sua existência real) num produto excedente além da quantidade de produtos que apenas repõe os seus elementos originais, ou seja, que entra nos custos de produção e – tomando o capital constante e variável conjuntamente – é igual ao capital total avançado para a produção” (Marx, 1969, v. 1, p. 213). Ver também as páginas 389 a 390 e Marx (1976, v. 1, p. 978, 992).

valia, e sua manifestação como salários e lucros, são aspectos essenciais do *capitalismo*, porque apenas nesse modo de produção a exploração é mediada pela relação valor e pela forma mercadoria.

A diferença entre as necessidades e o excedente depende exclusivamente da existência da exploração:

Um excedente genérico pode existir como um fenômeno objetivo apenas se ele for apropriado do produtor direto ... Na ausência de classes, nenhuma parcela do produto social aparece como excedente. Nessas circunstâncias, um produto excedente tem que ser deduzido com base em alguma definição física (subsistência) do excedente. Portanto, o excedente ou é um fenômeno objetivo da exploração, um fato material e observável da sociedade, ou ele é definido arbitrária e subjetivamente por um observador externo.⁸

Em contraste com os modos de produção pré-capitalistas, a exploração capitalista não depende de relações abertamente políticas ou interpessoais. Portanto, ela não é determinada primordialmente no âmbito de cada firma, fazenda ou escritório. A exploração capitalista é determinada em termos sociais e é mediada pela distribuição do trabalho e de seus produtos no mercado.⁹ Entretanto, não é imediatamente óbvio como a exploração pode ser compatível com a liberdade de os trabalhadores assalariados mudarem de emprego, e com a liberdade de cada capitalista escolher o nível e a composição de seu produto. Um dos aspectos mais importantes da teoria de Marx é a explicação de como trabalhadores assalariados formalmente livres são sistematicamente explorados.

No capitalismo, a reprodução social é guiada pela lei do valor ou pela troca de equivalentes. Essa regra de consistência opera através dos preços, que sinalizam, refletem e estabelecem a correspondência entre as necessidades sociais e o produto social. Duas implicações da lei do valor são importantes para nossos propósitos. Primeiro, supondo trocas equivalentes, os proprietários de mercadorias podem comandar bens mais valiosos apenas se o valor de seus próprios produtos aumentar. Entretanto, se transferências forem possíveis, especuladores, por exemplo, podem lucrar ao comprarem barato para vender caro. Apesar disso, o valor total é limitado pelo valor do produto social, indicando que lucros excepcionais não são possíveis para todos os vendedores (um pode ganhar

(8) Weeks (1981: 15). Essa definição implica que o excedente é independente do nível e da composição do produto. Para Wright (1981: 150), “a exploração pode ser definida como uma relação social na qual o trabalho excedente é apropriado através da dominação do trabalho e da apropriação do produto excedente. Como o trabalho, uma vez executado, está embutido materialmente em seus produtos, podemos falar de forma abreviada da exploração como o processo de apropriação do trabalho excedente.” Ver também Chattopadhyay (1994: 6; 2000) e Lapidés (1998: 181).

(9) Postone (1993: 125) corretamente argumenta que no “capitalismo o trabalho social não é apenas o objeto de dominação e exploração, mas é também a base da dominação”. Ver também Chattopadhyay (1994: 14) e Milonakis (1993-94).

somente às custas de outros). Nesse nível de análise, a lei do valor implica que a exploração capitalista não se baseia em trocas desiguais.¹⁰

Segundo, a exploração capitalista é medida pela diferença entre o valor produzido pelos trabalhadores e o valor apropriado por eles; em outras palavras, os lucros totais são qualitativamente determinados e quantitativamente limitados pela mais-valia extraída. Mais precisamente, os trabalhadores vendem no mercado sua capacidade de trabalho, ou força de trabalho, e são pagos pelo valor dessa força de trabalho (ver seção 2). Essa é uma troca de equivalentes, porque o valor da força de trabalho é, por suposto, alto o suficiente para garantir que a classe trabalhadora possa se reproduzir (e vender força de trabalho novamente no período seguinte), mas baixo demais para permitir que os trabalhadores, como classe, ameacem o monopólio capitalista dos meios de produção.

Na produção, os trabalhadores criam valor novo em proporção à extensão do dia de trabalho, seu treinamento e disciplina, e à intensidade do trabalho.¹¹ A diferença entre o valor produzido pela classe trabalhadora e o valor da força de trabalho é a mais-valia. A mais-valia aparece como lucro, o resíduo após o pagamento dos custos de produção. Em resumo, no capitalismo, os trabalhadores são explorados porque eles produzem mais valor do que controlam ou recebem como salário:

A forma salário elimina todos os traços da divisão do dia de trabalho entre trabalho necessário e excedente, entre trabalho pago e não pago. Todo trabalho aparece como trabalho pago. No sistema de corvêia é diferente. Ali, o trabalho do servo para si mesmo e seu trabalho obrigatório para o senhor da terra são demarcados claramente tanto no tempo quanto no espaço. No trabalho escravo, até mesmo a parte do dia na qual o escravo apenas repõe o valor dos seus meios de subsistência, na qual ele na verdade trabalha apenas para si, aparece como trabalho para seu dono. Todo o seu trabalho aparece como trabalho não pago. No trabalho assalariado, pelo contrário, até mesmo o trabalho excedente, ou trabalho não pago, aparece como trabalho pago. Em um caso, a relação de propriedade esconde o trabalho do escravo para si mesmo; no outro caso, a relação monetária esconde o trabalho não remunerado do assalariado.¹²

(10) Ver Rubin (1975: 67, 78, 168, 251), Shaikh (1982: 69), Smith (1994a: 52-54) e de Vroey (1981: 195).

(11) Ver Saad Filho (1997, 2002, cap. 5).

(12) Ver Marx (1976, v. 1, p. 680). Weeks (1981: 45) corretamente afirma que a “apropriação do trabalho não pago – direta e evidente em sistemas escravistas e servis – aparece como uma troca de equivalentes no capitalismo; essa fachada de igualdade reflete a fachada da propriedade privada para todos, e esconde o fato de que a única propriedade dos trabalhadores é sua capacidade de trabalho. Além disso, essa ‘propriedade’ alienável pelo trabalhador só pode ser vendida para os capitalistas. A lei da troca no capitalismo é a seguinte: os capitalistas trocam pelo valor, apropriam mais-valia e acumulam; os trabalhadores trocam pelo valor e transferem trabalho não pago.” Marx (1969, v. 1, p. 45-46, 315; 1976, v. 1, p. 263-270, 300-302, 317-320, 668-672; 1978b, p. 461; 1988: 85; 1998: 47) expõe sua teoria da mais-valia. Ver também Aglietta (1979: 46-47), Chattopadhyay (1994: 20; 1998: 235), Roberts (1996: 206-207) e Shaikh (1977: 120-121).

A razão entre a mais-valia (tempo de trabalho excedente) e o valor da força de trabalho (tempo de trabalho necessário) é a *taxa de exploração* (taxa de mais-valia). A taxa de exploração não pode ser medida diretamente porque ela é determinada pelo trabalho abstrato ao invés do trabalho concreto (ou da moeda). Apesar disso, esse conceito é útil porque ele demonstra que, tudo o mais constante, a exploração capitalista pode aumentar por três razões. Primeiro, se mais horas forem trabalhadas.¹³ Segundo, se a intensidade do trabalho aumentar, por exemplo, se trabalhadores dóceis substituírem colegas insubordinados. Terceiro, se o tempo de trabalho necessário diminuir devido ao aumento da produtividade nos setores produzindo bens necessários (dado o salário real). Marx chama os dois primeiros casos de produção de *mais-valia absoluta*, enquanto o terceiro produz *mais-valia relativa*.¹⁴ A extração de mais-valia absoluta é limitada porque é impossível aumentar o dia de trabalho ou a sua intensidade indefinidamente, e os trabalhadores gradualmente aprendem a resistir contra essas formas de exploração. Em contraste, a mais-valia relativa é mais flexível e mais difícil de resistir, porque o aumento da produtividade pode exceder os aumentos de salário por longos períodos.¹⁵

2. Valor da força de trabalho

O valor da força de trabalho é normalmente analisado de duas maneiras.¹⁶ Nas análises tradicionais e sraifianas, ele é determinado pelo valor de uma cesta

(13) “Na sua tentativa de reduzir o dia de trabalho às suas dimensões racionais anteriores, ou, aonde eles não podem impor um limite legal ao dia de trabalho, impedindo o excesso de trabalho através dos aumentos de salário ... os trabalhadores ... limitam as usurpações tirânicas do capital. O tempo é o espaço do desenvolvimento humano. Uma pessoa que não tem tempo livre para dispor, cuja vida inteira, além da mera interrupção física pelo sono, refeições, e assim por diante, é absorvida por seu trabalho para o capitalista, é menos que um animal de carga. Ela é apenas uma máquina para produzir riqueza alienada, com o corpo quebrado e a mente brutalizada. Apesar disso, toda a história da indústria moderna demonstra que o capital, se não for impedido, tentará de forma impiedosa e irresponsável reduzir toda a classe trabalhadora a esse último estágio de degradação” (Marx, 1998: 60-61).

(14) Ver Marx (1969, v. 1, p. 216; 1972, v. 2, p. 266; 1976, v. 1, p. 430-437, 645-646), Aglietta (1979: 55), Foley (1986: 50) e Lapidés (1998: 192).

(15) “De um certo ângulo a diferença entre mais-valia absoluta e relativa parece ser ilusória. A mais-valia relativa é absoluta, porque ela requer o prolongamento absoluto do dia de trabalho além do tempo de trabalho necessário à existência do trabalhador. A mais-valia absoluta é relativa, porque ela requer o desenvolvimento da produtividade do trabalho que permitirá a redução do tempo de trabalho necessário a apenas uma parte do dia de trabalho. Mas se tivermos em mente o movimento da mais-valia, essa identidade aparente desaparece. Uma vez que o modo de produção capitalista se estabeleça como o modo de produção universal, a diferença entre mais-valia absoluta e relativa transparece toda vez que se trata de aumentar a taxa de mais-valia. Supondo que a força de trabalho seja paga pelo valor, somos confrontados pela seguinte alternativa. Por um lado, se a produtividade do trabalho e sua intensidade normal são dadas, a taxa de mais-valia pode aumentar apenas se o dia de trabalho for prolongado em termos absolutos; por outro lado, se o dia de trabalho é fixo, a taxa de mais-valia só pode aumentar através da mudança das magnitudes relativas das partes do dia de trabalho, ou seja, trabalho necessário e supérfluo. Se os salários não caírem abaixo do valor da força de trabalho, essa mudança pressupõe uma mudança na produtividade ou na intensidade do trabalho” (Marx, 1976, v. 1, p. 646).

(16) Essa seção se baseia em Fine (1998) e Fine, Lapavitsas & Saad Filho (2000).

fixa de bens, a cesta de consumo dos trabalhadores. Alternativamente, na “nova interpretação” da teoria marxista do valor,¹⁷ o valor da força de trabalho é definido como a fatia dos salários na renda nacional. Apesar de haver méritos importantes em ambas as análises, elas sofrem de deficiências substanciais. Esta seção faz uma revisão crítica dessas abordagens, e delinea uma interpretação alternativa do valor da força de trabalho.

A abordagem da cesta de bens é provavelmente a mais conhecida definição do valor da força de trabalho. Ela tem alguma base textual, por exemplo:

O valor da força de trabalho é determinado, como qualquer mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário para a produção e, conseqüentemente, a reprodução, desse artigo ... [O] tempo de trabalho necessário para a produção da força de trabalho é idêntico àquele necessário à produção daqueles meios de subsistência; em outras palavras, o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários para a manutenção de seu proprietário.¹⁸

Apesar disso, a abordagem da cesta de bens é insuficiente por três razões. Primeiro, ela se baseia em uma leitura pobre de Marx.¹⁹ Segundo, ela é incapaz de explicar a composição da cesta de bens de salário ou a taxa salarial, ou diferenças entre os salários em distintos segmentos do mercado de trabalho. Terceiro, essa interpretação obscurece a natureza mercantil da força de trabalho. Ela implicitamente nega o pagamento de salários monetários, e confunde os trabalhadores com os bens que eles consomem ou, alternativamente, confunde os gastos dos trabalhadores com a “tecnologia de produção” da força de trabalho, como se essa capacidade humana fosse produzida para lucro. Em qualquer dos casos, duas distinções fundamentais se perdem; por um lado, a diferença entre trabalhadores assalariados e escravos, animais de tração, máquinas ou qualquer outro insumo produzido e, por outro lado, a diferença entre o valor da força de trabalho e o valor criado pelos trabalhadores:

Se ... substituirmos os meios de subsistência do trabalhador pela força de trabalho na qual a parte variável do capital foi realmente transformada, então fica claro que esses meios de subsistência, como tal, não são diferentes dos outros elementos do capital produtivo no que diz respeito à formação de valor, não são diferentes, por exemplo, dos insumos industriais e dos meios de subsistência dos animais de tração ... Os meios de subsistência não podem valorizar seu próprio valor, ou acrescentar mais-valia a ele. Seu valor, como o valor dos outros

(17) Ver Duménil (1980) e Foley (1982); para uma crítica, ver Saad Filho (1996, 2002, cap. 2).

(18) Marx (1976, v. 1, p. 274). Ver também as páginas 275 a 276, 430 a 431 e 655; Marx (1978b, v. 2, p. 290-291, 458); Marx (1969, v. 1, p. 45), Marx & Engels (1998: 29-30). Ver também Bandyopadhyay (1981), Medio (1977: 384) e Steedman (1977: 41).

(19) Para críticas devastadoras da base textual dessa abordagem, ver Baumol (1992), Lapidés (1998) e Lebowitz (1992).

elementos do capital produtivo, pode apenas reaparecer no valor do produto. Eles não podem acrescentar mais valor do que eles próprios possuem.²⁰

A abordagem da cesta de bens levou alguns analistas a concluir – como Marx antecipa acima – que é arbitrário supor que os trabalhadores são explorados, porque essa definição do valor da força de trabalho leva a resultados idênticos se o trigo, ferro ou energia são considerados como sendo “explorados”.²¹

As limitações da abordagem da cesta de bens, suas consequências destrutivas para a teoria marxista e a tendência das análises modernas de favorecerem abordagens macromonetárias estimularam a busca de alternativas. Nesse contexto, a definição do valor da força de trabalho na “nova interpretação”, como a fatia dos salários na renda nacional, ganhou popularidade:

O valor da força de trabalho é o comando sobre o trabalho abstrato que os trabalhadores recebem em troca de sua força de trabalho na forma de um salário monetário ... Os trabalhadores na sociedade capitalista não negociam nem recebem uma cesta de mercadorias como pagamento por sua força de trabalho, eles recebem uma quantia de dinheiro, o salário monetário, que eles são livres para gastar como quiserem ... A interpretação convencional ... faz a moeda desaparecer como elemento mediador do processo. A interpretação do valor da moeda como a taxa de salário monetário multiplicada pelo valor da moeda traz o conceito de moeda para o centro da análise do sistema capitalista de produção, a que ela pertence, e mostra a especificidade da exploração no capitalismo como uma apropriação de mais-valia na forma de moeda.²²

Essa interpretação implica que é pago aos trabalhadores máximo que eles conseguem obter, e seus gastos não precisam ser examinados. Essa perspectiva tem vantagens importantes, especialmente o reconhecimento do papel dos conflitos distributivos na determinação dos salários.²³

Apesar dessas vantagens, essa abordagem tem problemas significativos. Primeiro, Marx a rejeitou explicitamente:

O fato de os salários serem altos ou baixos não é determinado pela fatia dos trabalhadores no produto, mas, ao contrário, sua fatia no produto é determinada pelo montante dos salários. Os trabalhadores recebem na realidade uma fatia do

(20) Marx (1978b, p. 290-291), ver também a página 245; Marx (1969, v. 1, p. 315) e Harvey (1999: 47). Lebowitz (1992: 17) corretamente afirma que “nada poderia ser mais distante de Marx que a crença em um conjunto fixo de necessidades. Desde o princípio, Marx rejeitou o conceito de ‘Homem Abstrato’, e enfatizou o surgimento de novas necessidades humanas conforme a sociedade se desenvolve.”

(21) O argumento de que qualquer mercadoria pode ser “explorada” é defendido por Brödy (1974), Dmitriev (1974), Hodgson (1981), Vegara i Carrio (1978) e Wolff (1984). Dissidentes tentaram salvaguardar o papel do trabalho fazendo o sistema assimétrico devido aos aspectos não mercantis da força de trabalho (por exemplo, Bowles & Gintis 1981). Para uma crítica, ver Glick & Ehrbar (1986-87) e Smith (1994b).

(22) Foley (1982: 43). Ver também Duménil (1980: 31, 77; 1984: 341), Foley (1986: 36) e Lipietz (1982: 75).

(23) “O salário ... [é o] poder da classe trabalhadora impor suas necessidades, e a extensão desse poder é determinada apenas pela própria luta de classes” (Cleaver 1984: xxiv). Ver também Harvey (1999: 52-54).

valor do produto. Mas a fatia que eles recebem é determinada pelo valor da força de trabalho, e não o contrário, o valor da força de trabalho pela sua fatia do produto. O valor da força de trabalho, ou seja, o tempo de trabalho necessário para a reprodução dos trabalhadores, é uma magnitude definida; ela é determinada pela venda da força de trabalho para os capitalistas. Ele virtualmente determina também sua fatia do produto. Não acontece o contrário, que sua fatia do produto é determinada primeiro e, por consequência, o montante ou valor dos salários.²⁴

Segundo, essa abordagem é analiticamente pobre, porque apesar de ser trivialmente verdadeiro *ex post* que os trabalhadores comandam uma fatia da renda nacional, o tamanho da fatia e os bens que tendem a ser comprados não são explicados (exceto tautologicamente) pelo equilíbrio de forças entre capital e trabalho. Nessa abordagem, é como se a reprodução econômica e social da força de trabalho, da qual o padrão de vida habitual é um elemento, fosse irrelevante para a determinação do salário e o processo de exploração. Em outras palavras, enquanto a abordagem da cesta de bens postula uma cesta de consumo fixa (mas inexplicada), que é usada para determinar o sistema de preços, a abordagem da fatia da renda parte de dados (mas inexplicados) preços e da (inexplicada) taxa de salário para chegar ao valor da cesta de consumo da classe trabalhadora (cuja composição é também inexplicada).

Terceiro, a abordagem da fatia da renda presume que a relação entre capital e trabalho é simétrica e que, portanto, o produto líquido é dividido entre duas grandes classes essencialmente na base de seu poder de mercado. Isso é errado, porque lucros e salários não são determinados simultaneamente através de um conflito por fatias do produto líquido, ainda que os conflitos distributivos sejam importantes no capitalismo. Na verdade, os capitalistas adiantam o valor da força de trabalho usando valores criados anteriormente pelos trabalhadores, e eles retêm o lucro residual depois da venda do produto. Portanto, a relação entre lucros e salários é fundamentalmente distinta daquela entre lucros industriais, juros e rendas, que são demandas conflitantes sobre a massa preexistente de mais-valia extraída dos trabalhadores:

[A] luta pela divisão do produto líquido ... é indireta porque a determinação do nível de lucros em resposta à determinação do nível dos salários é mediada pelo processo de produção. Em outras palavras, é errado considerar que, ao final de algum período de produção construído ficticiamente, existe um dado produto líquido a ser dividido entre os capitalistas e os trabalhadores. Adotar essa abordagem teórica é tratar o capital e o trabalho simetricamente nas relações de distribuição, enquanto a circulação agregada do capital demonstra que seus papéis estão longe de serem simétricos.²⁵

(24) Marx (1978a, v. 3, p. 94), ver também Marx (1972, v. 2, p. 418).

(25) Fine (1980: 22-23). Ver também Marx (1976, v. 1, p. 712-713), Marx (1969, v. 1, p. 315), Gleicher (1989), Rowthorn (1980: 38-39) e Saad Filho (1996).

A relação entre capital e trabalho é assimétrica em vários níveis: (a) A relação salarial é apenas aparentemente uma barganha entre iguais, porque um dos “parceiros” monopoliza os meios de produção, enquanto o outro necessita de um salário regular para sobreviver; (b) O circuito do capital começa quando os capitalistas compram força de trabalho a um dado salário (mesmo que o salário seja pago depois); em contraste, o lucro é o resíduo deixado após o pagamento dos salários e os demais custos. Na realidade, *nunca* existe um “bolo” a ser dividido ao final da produção; (c) Após a compra da força de trabalho, os capitalistas precisam obrigar os trabalhadores a produzirem mais valor que o valor da força de trabalho, a diferença sendo determinada através do conflito de classes na *produção*; (d) Por fim, apenas os capitalistas determinam o nível e a composição do produto e do investimento:

Uma vez que a esfera da produção é incorporada ... a simetria aparente entre capital e trabalho nas relações de distribuição e no recebimento de lucros e salários a partir da renda nacional evapora, porque o pagamento de salários é uma pré-condição para o início do processo de produção (ou, mais precisamente, isso é verdade com respeito à compra de força de trabalho, cujo pagamento pode se dar depois). Os lucros são o resultado ou a consequência do processo de produção, ao invés de uma fatia do resultado depois do pagamento dos salários. Portanto, as relações distributivas entre o capital e o trabalho não são do tipo “bolo” mesmo se, evidentemente, *ceteris paribus* os lucros aumentam se os salários diminuem ... Pelo contrário, os lucros dependem em primeiro lugar da capacidade dos capitalistas de extrair mais-valia do processo de produção; eles precisam, qualquer que seja o nível dos salários, coagir os trabalhadores a trabalharem além do tempo necessário para produzir aqueles salários.²⁶

Quarto, essa definição do valor da força de trabalho é excessivamente geral e não contribui para o desenvolvimento de uma teoria do *valor*:

A existência de lucros é um fato evidente e não é preciso ter uma teoria do valor para demonstrá-la, [mas] isso não implica de modo algum que uma *teoria da distribuição* possa prescindir de uma teoria do valor. Uma “teoria da distribuição” que dissesse apenas que os lucros são o resultado do trabalho excedente dos empregados na produção dificilmente mereceria o título de “teoria” ... No melhor dos casos, uma “teoria” como essa seria pouco mais que uma descrição genérica da apropriação, pelos donos dos meios de produção, em todos os tipos de sociedade de classe, do produto do trabalho excedente das classes exploradas ... [Além disso,] como são determinadas as fatias das principais classes sociais na renda nacional na ... sociedade [capitalista]? A não ser que o analista se contente com algum tipo de explicação em termos de “força” ou “conflito” (e nesse caso, novamente, seria difícil falar em *teoria* da distribuição), é impossível dar respostas adequadas a essas questões sem partir de uma teoria do valor.²⁷

(26) Ver Fine (1989: 52-53).

(27) Ver Meek (1973: 215).

Em resumo, é trivialmente verdadeiro que em todos os modos de produção os trabalhadores comandam apenas parte do produto líquido, e que no capitalismo a exploração aparece através da diferença entre o valor adicionado por hora e a taxa de salário. Apesar de a abordagem da fatia da renda reconhecer esses fatos elementares, ela é insuficiente porque não pode ir além de um dos efeitos da exploração, a incapacidade dos trabalhadores de comprarem todo o produto líquido.

Mais precisamente, as abordagens da cesta de bens e da fatia da renda são inadequadas porque elas tentam traduzir o valor da força de trabalho diretamente num resultado concreto. Entretanto, ambas falham por não reconhecerem que o valor da força de trabalho não se liga inicialmente a uma quantidade de dinheiro ou a uma quantidade de bens.²⁸ Na verdade, o valor da força de trabalho é uma quantidade de *valor*, o tempo de trabalho abstrato que os trabalhadores, como classe, gastam produzindo os bens necessários. Esse valor é determinado no agregado através da troca entre capital e trabalho como um todo e, subseqüentemente, pela performance de trabalho e a exploração na produção:

O valor dos salários tem que ser calculado não conforme a quantidade de meios de subsistência recebidos pelo trabalhador, mas conforme a quantidade de trabalho que esses meios de subsistência custam (na verdade, a proporção do dia de trabalho que ele apropria para si), que é a *fatia relativa* do produto total, ou ainda o valor total desse produto recebido pelo trabalhador.²⁹

Esse conceito de valor da força de trabalho inclui as duas alternativas discutidas acima, sem ser limitado pelos defeitos de ambas. Por um lado, ele implica que a classe trabalhadora é explorada porque parte do que ela produz é apropriado, através de trocas monetárias, pelos capitalistas, e esse conceito reconhece que a exploração capitalista inclui um aspecto irredutivelmente monetário e macroeconômico (ao invés de estar encapsulada na incapacidade trans-histórica dos trabalhadores de comandarem o produto líquido total). Por outro lado, esse conceito não presume que uma cesta fixa deva necessariamente ser consumida para se obter um resultado específico e, por conseguinte, ele evita a confusão entre os trabalhadores e os animais de tração, as máquinas ou a eletricidade.

O nível de salários e a norma de consumo dos trabalhadores são parte das condições de reprodução da força de trabalho. Eles variam sistematicamente através dos mercados de trabalho, e precisam ser diferenciados uns dos outros para

(28) De Brunhoff (1978: 12) corretamente afirma que “é freqüentemente o caso que tentativas de elaborar uma teoria dos salários levam a duas posições conflitantes, ou ligando o salário ao valor da força de trabalho e tentando derivar uma estimativa quantitativa mais ou menos acurada de seu valor, ou considerando o salário como uma ‘variável exógena’, dependente de conflitos sobre as fatias do produto social. Tanto o ‘economismo’ da abordagem da cesta de bens quanto o ‘sociologismo’ do conflito distributivo podem ter base em uma ou outra das formulações de Marx.”

(29) Ver Marx (1972, v. 2, p. 419). Ver também Weeks (1984).

evitar o cálculo de uma “média” puramente ideal através da classe trabalhadora, ignorando as diferenças de profissão, renda, gênero, idade, e composição familiar. A norma, em termos de salário ou nível de consumo, deve ser entendida de uma forma mais complexa do que como uma média *ex post*, pois o nível e a incidência das necessidades, padrões de consumo e salários resultam de processos socioeconômicos dinâmicos que determinam os padrões de consumo, especialmente a produção e satisfação de *necessidades* e *demandas* dos trabalhadores.³⁰ O que são essas necessidades, demandas e padrões de consumo, e como eles são determinados, pode variar muito entre distintos segmentos da classe trabalhadora. Os padrões alimentares, de habitação, entretenimento, etc., não apenas variam dentro da classe, como resultam de estruturas e processos causais muito diferentes, incluindo a estrutura do emprego, o papel do Estado, o conteúdo do trabalho doméstico, a qualificação dos trabalhadores, o papel dos sindicatos e a influência política das diferentes seções da classe trabalhadora.³¹

Em resumo, o valor da força de trabalho não pode ser conceptualizado independentemente das tendências contraditórias associadas com a acumulação de capital, para as quais é necessária uma análise complexa e desagregada das estruturas de consumo, emprego e distribuição de renda.³² Essa análise determina a parcela do trabalho social apropriada pelos trabalhadores através de uma série de mediações, que incluem o que é produzido e como, as necessidades e hábitos, e seu reflexo sobre as estruturas de produção e distribuição. A eliminação desses processos reais através do postulado de uma cesta fixa de bens de consumo ou de um nível exogenamente determinado de salários nominais é insuficiente para explicar o significado histórico e social do valor da força de trabalho. Além disso, as abordagens convencionais podem ser enganadoras porque elas dificultam o reconhecimento das mediações entre o valor da força de trabalho e o nível dos salários.

Conclusão

A análise da exploração através da teoria do valor, delineada neste artigo, demonstra que a exploração capitalista é uma relação de classe com dois aspectos,

(30) “[O] desenvolvimento de novas necessidades dos trabalhadores no capitalismo significa que ... cada nova necessidade torna-se uma nova necessidade de trabalho, acrescenta uma nova carga. Cada nova necessidade torna-se um novo elo na cadeia dourada que prende os trabalhadores ao capital. A criação de novas necessidades para os trabalhadores ... ‘é um momento civilizatório essencial, e no qual a justificação histórica, e também o poder contemporâneo do capital, se baseiam’ ... Em resumo, a existência de necessidades sociais não satisfeitas está na base da necessidade do trabalhador ter mais dinheiro, sua necessidade de um salário mais elevado” (Lebowitz, 1992: 25, 30, ênfase omitida). Ver também as páginas 27 a 29; Harvey (1983), Lapidés (1998), Ong (1980: 266-267) e Rowthorn (1980, cap. 7).

(31) Ver Fine (1998), Fine & Heasman (1997) e Fine & Leopold (1993).

(32) Ver Marx (1976, v. 1, p. 763, 770-771, 790).

o comando capitalista de parte do produto físico, e seu controle exclusivo sobre a composição do produto nacional, incluindo os bens de investimento e as fontes de crescimento econômico. Ambos os aspectos da exploração derivam do monopólio capitalista dos meios de produção, da transformação das mercadorias na forma geral do produto, e do controle capitalista do processo de trabalho. A exploração tem implicações evidentes tanto em termos do produto físico quanto em termos macromonetários. No primeiro, a existência da exploração é revelada pelo produto excedente, enquanto no segundo ela aparece através da razão lucros-salários.

Análises da exploração que enfocam apenas um desses aspectos são limitadas, e elas foram criticadas em detalhe. Uma abordagem alternativa da exploração, baseada numa análise de classe e numa nova determinação do valor da força de trabalho, tem maior poder explicativo que as interpretações mais conhecidas, e evita suas deficiências.

Alfredo Saad Filho é professor do
Department of Development Studies.
SOAS, University of London – United Kingdom.

Referências bibliográficas

- AGLIETTA, M. *A theory of capitalist regulation, the US experience.* London: New Left Books, 1979.
- BANDYOPADHYAY, P. In defense of a Post-Sraffian approach. In: STEEDMAN, I. (Ed.). *The value controversy.* London: Verso, 1981.
- BAUMOL, W. J. Wages, virtue and value, what Marx really said. In: CARAVALE, G. A. (Ed.). *Marx and modern economic analysis.* Aldershot: Edward Elgar, 1992.
- BOWLES, S., GINTIS, H. Labour heterogeneity and the labour theory of value. A reply. *Cambridge Journal of Economics*, v. 5, n. 3, p. 285-288, 1981.
- BRÖDY, A. *Proportions, prices and planning: a mathematical restatement of the labour theory of value.* Amsterdam: North Holland, 1974.
- BRUNHOFF, S. de. *The state, capital and economic policy.* London: Pluto, 1978.
- CHATTOPADHYAY, P. *The Marxian concept of capital and the Soviet experience: essay in the critique of political economy.* Westport, Conn.: Praeger, 1994.
- _____. Value and exploitation: Marx's problem and Skillman's solution. *Science & Society*, v. 62, n. 2, p. 218-240, 1998.
- _____. *Surplus school and Marx: on Garegnani's Marx reading.* 2000. Unpublished (Manuscript).
- CLEAVER, H. Translator's introduction. In: NEGRI, A. *Marx beyond Marx, lessons on the Grundrisse.* South Hadley, Mass.: Bergin and Garvey, 1984.
- COCKSHOTT, P., COTTRELL, A. Testing Marx: some new results from UK data. *Capital & Class*, v. 55, p. 103-129, 1995.

- DMITRIEV, V. *Economic essays on value, competition and utility*. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.
- DUMÉNIL, G. *De la valeur aux prix de production*. Paris: Economica, 1980.
- _____. The so-called “transformation problem” revisited. A brief comment. *Journal of Economic Theory*, v. 33, p. 340-348, 1984.
- DUNNE, P. (Ed.). *Quantitative Marxism*. Cambridge: Polity Press, 1991.
- FINE, B. *Economic theory and ideology*. London: Edward Arnold, 1980.
- _____. *Marx’s capital*. 3rd ed. Basingstoke: Macmillan, 1989.
- _____. *Labour market theory: a constructive reassessment*. London: Routledge, 1998.
- _____, HEASMAN, M. *Consumption in the age of affluence*. London: Routledge, 1997.
- _____, LAPAVITSAS, C., SAAD FILHO, A. *Transforming the transformation problem: why the “new solution” is a wrong turning*, 2000. (Manuscrito).
- _____, LEOPOLD, E. *The world of consumption*. London: Routledge, 1993.
- FOLEY, D. The value of money, the value of labour power and the Marxian transformation problem. *Review of Radical Political Economics*, v. 14, n. 2, p. 37-47, 1982.
- _____. *Understanding capital, Marx’s economic theory*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1986.
- GLEICHER, D. Labor specialization and the transformation problem. *Review of Radical Political Economics*, v. 21, n. 1-2, p. 75-95, 1989.
- GLICK, M., EHRBAR, H. The labour theory of value and its critics. *Science & Society*, v. 50, n. 4, p. 464-478, 1986-87.
- HARVEY, D. *The limits to capital*. London: Verso, 1999.
- HARVEY, P. Marx’s theory of the value of labour power. An assessment. *Social Research*, v. 50, n. 2, p. 305-344, 1983.
- HODGSON, G. Money and the Sraffa system. *Australian Economic History Review*, v. 20, n. 36, p. 83-95, 1981.
- LAPIDES, K. *Marx’s wage theory in historical perspective: its origins, development and interpretation*. Westport, Conn.: Praeger, 1998.
- LEBOWITZ, M. *Beyond capital, Marx’s political economy of the working class*. London: Macmillan, 1992.
- LIPIETZ, A. The so-called “transformation problem” revisited. *Journal of Economic Theory*, v. 26, n. 1, p. 59-88, 1982.
- MANIATIS, T. Testing Marx: a note. *Capital & Class*, v. 59, p. 37-54, 1996.
- MARX, K. *Theories of surplus value*. London: Lawrence and Wishart, 1969, 1972, 1978a. 3v.
- _____. *Grundrisse*. Harmondsworth: Penguin, 1981a.
- _____. *Capital*. Harmondsworth: Penguin, 1976, 1978b, 1981b. 3v.

- MARX, K. *Collected works*. London: Lawrence and Wishart, 1988. v. 30.
- _____. *Value, price and profit*. In: MARX, K., ENGELS, F. *Classics in politics* (CD-Rom). London: The Electric Book Company, 1998.
- _____, ENGELS, F. *The Communist Manifesto*. In: MARX, K., ENGELS, F. *Classics in politics* (CD-Rom). London: The Electric Book Company, 1998.
- MEDIO, A. Neoclassicals, neo-Ricardians, and Marx. In: SCHWARTZ, J. G. (Ed.). *The subtle anatomy of capitalism*. Santa Monica: Goodyear, 1977.
- MEEK, R. L. *Studies in the labour theory of value*. London: Lawrence and Wishart, 1973.
- MILONAKIS, D. Prelude to the genesis of capitalism: the dynamics of the feudal mode of production. *Science & Society*, v. 57, n. 4, p. 90-419, 1993-94.
- MOHUN, S. Productive and unproductive labor in the labor theory of value. *Review of Radical Political Economics*, v. 28, n. 4, p. 30-54, 1996.
- _____. Productive and unproductive labor: a reply to Houston and Laibman. *Review of Radical Political Economics* (In press).
- ONG, N.-P. Marx's classical and post-classical conceptions of the wage. *Australian Economic Papers*, v. 19, n. 35, p. 264-277, 1980.
- POSTONE, M. *Time, labour and social domination*. A re-examination of Marx's critical theory. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- ROBERTS, B. The visible and the measurable: Althusser and the Marxian theory of value. In: CALLARI, A., RUCCIO, D. (Ed.). *Postmodern Marxism and the future of Marxist theory: essays in the Althusserian tradition*. Hanover: Wesleyan University Press, 1996.
- ROWTHORN, B. *Capitalism, conflict and inflation*. London: Lawrence and Wishart, 1980.
- RUBIN, I. I. *Essays on Marx's theory of value*. Montréal: Black Rose Books, 1975.
- SAAD FILHO, A. The value of money, the value of labour power and the net product. An appraisal of the "new approach" to the transformation problem. In: FREEMAN, A., CARCHEDI, G. (Ed.). *Marx and non-equilibrium economics*. Aldershot: Edward Elgar, 1996.
- _____. Concrete and abstract labour in Marx's theory of value. *Review of Political Economy*, v. 9, n. 4, p. 457-477, 1997.
- _____. Inflation theory: a critical literature review and a new research agenda. *Research in Political Economy*, v. 8, p. 335-362, 2000.
- _____. *The value of Marx: political economy for contemporary capitalism*. London: Routledge, 2002.
- SHAIKH, A. Marx's theory of value and the "transformation problem". In: SCHWARTZ, J. G. (Ed.). *The subtle anatomy of capitalism*. Santa Monica: Goodyear, 1977.
- _____. Neo-Ricardian economics, a wealth of algebra, a poverty of theory. *Review of Radical Political Economics*, v. 14, n. 2, p. 67-83, 1982.

- SHAIKH, A. The empirical strength of the labour theory of value. In: BELLOFIORE, R. (Ed). *Marxian economics: a reappraisal*, Essays on Volume III of Capital, vol. 1, London: Macmillan. 1998
- SMITH, M. *Invisible Leviathan: the Marxist critique of market despotism beyond postmodernism*. Toronto: University of Toronto Press, 1994a.
- _____. Alienation, exploitation and abstract labor: a humanist defense of Marx's theory of value. *Review of Radical Political Economics*, v. 26, n. 1, p. 110-133, 1994b.
- STEEDMAN, I. *Marx after Sraffa*. London: New Left Books, 1977.
- VEGARA I CARRIO, J. *Economía política y modelos multisectoriales*. Madrid: Editorial Tecnos, 1978.
- VROEY, M. de. Value, production and exchange. In: STEEDMAN, I. (Ed.). *The value controversy*. London: Verso, 1981.
- WEEKS, J. *Capital and exploitation*. Princeton: Princeton University Press, 1981.
- _____. Theory, ideology and idolatry. *Economic and Political Weekly*, v. 19, n. 48, p. 2054-2056, 1984.
- WOLFF, R. *Understanding Marx: a reconstruction and critique of "Capital"*. Princeton: Princeton University Press, 1984.
- WRIGHT, E.O. The value controversy and social research. In: STEEDMAN, I. (Ed.). *The value controversy*. London: Verso, 1981.

Resumo

Este artigo explica a teoria marxista da mais-valia e da exploração. Essas variáveis são agregados definidos por relações de classe, em vez de serem derivados a partir de necessidades, salários ou lucros individuais. O artigo também analisa duas concepções do valor da força de trabalho, as abordagens da cesta de bens e da fatia da renda nacional, as quais são julgadas insuficientes por diversas razões. Uma alternativa é proposta, na qual o valor da força de trabalho não é nem uma quantidade de bens nem de moeda, mas uma quantidade de valor, o tempo de trabalho abstrato gasto pela classe trabalhadora produzindo bens necessários. Esse valor é determinado no agregado, através da troca entre capital e trabalho, e da performance de trabalho e da exploração na produção.

Palavras-chave: Teoria marxista do valor; Força de trabalho; Salário; Exploração.

Abstract

This article explains Marx's theory of surplus value and exploitation. These variables are aggregates defined by class relations, rather than being derived from individual subsistence needs, wages or profits. It also surveys different conceptions of the value of labour power, the bundle and the share approaches, and finds them wanting on several counts. An alternative is proposed, in which the value of labour power is neither a quantity of goods nor a quantity of money; it is a quantity of value, the abstract labour time spent by the working class producing necessities. This value is determined at the aggregate level, through the exchange between the capitalist and the working class, and the performance of labour and exploitation in production.

Key words: Marxist theory of value; Labour power; Wages; Exploitation.